

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA<sup>1</sup>

## Public Policies in the Brazilian Semi-Arid: a literature review

**Luane da Conceição Aguiar**

Bacharel em Gestão do Agronegócios. Mestra em Agronegócios pela Universidade de Brasília (UnB). luane.aguiar7@gmail.com

**Mauro Del Grossi**

Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (Unicamp). Professor associado da Universidade de Brasília - UnB. Campus de Planaltina, Agronegócios. delgrossi@unb.br

**Luiz Guilherme de Oliveira**

Economista. Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp. Professor associado da UnB. lgoliveira@unb.br

**Mário Lúcio de Ávila**

Zootecnista. Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela UnB. Professor adjunto da UnB. unbavila@gmail.com

---

**Resumo:** Este artigo é uma revisão de literatura sobre a evolução das políticas públicas no semiárido brasileiro. Com distribuição irregular das chuvas, têm-se relatos de secas na região desde o Brasil colônia. Durante o século XX, várias políticas foram aplicadas com o foco no combate às secas. As políticas de desenvolvimento rural reagiram à organização social regional que, a partir da Declaração do Semiárido em 1999, começam a reivindicar a mudança do foco para a convivência com as condições semiáridas da região. Nesta direção, as políticas territoriais, de compras institucionais e de erradicação da extrema pobreza inovaram com a busca de articulação das políticas públicas. Entretanto, alguns autores apontam para continuidade da indevida apropriação das políticas públicas por classes mais abastadas. As reflexões desta revisão apontam como uma das lacunas ou desafios, a incipiente articulação, ou mesmo, desarticulação das políticas públicas de desenvolvimento rural no semiárido nordestino.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Semiárido; Convivência com o Semiárido.

**Abstract:** this article is a literature review on the evolution of public policies in the Brazilian semi-arid region. With irregular distribution of rains, there have been reports of droughts in the region since the colony Brazil. During the 20th century various policies were implemented with a focus on combating droughts. The rural development policies reacted to the regional social organization, which from the Declaration of the Semi-Arid in 1999 began to demand a change of focus for living with the semi-arid conditions of the region. In this direction, territorial policies, institutional purchases and the eradication of extreme poverty innovated with the search for articulation of public policies. However, some authors point to the continuity of the undue appropriation of public policies by more affluent classes. The reflections of this review point to one of the gaps or challenges, the incipient articulation, or even, disarticulation of the rural development public policies in the northeastern semi-arid region.

**Keywords:** Public policy; Semi-arid; Living with the Semi-arid.

---

<sup>1</sup> Este é artigo é fruto do Programa “Monitora” de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Integradas no Semiárido Nordeste, da Faculdade UnB Planaltina, financiado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas para o semiárido possuem um contexto histórico que se inicia por volta de 1723, desencadeadas pelas secas, crises hídricas e forte desigualdade social presente nesse território. Diante disso, as políticas públicas têm como objetivo tratar as especificidades do semiárido, formular estratégias que possibilitem maior acesso à sociedade e que atendam as demandas da população visando o desenvolvimento rural.

De forma geral, as políticas públicas no semiárido mostram-se relevantes, porém, estão muito aquém do ponto desejável ou necessário para promover transformações significativas; com efeito, o alcance social (AZEVEDO, 2015). Nesse sentido, surge na literatura, a conclusão que o semiárido carece cada vez mais de políticas públicas voltadas para as suas particularidades, ou seja, ações que sejam capazes de promover o desenvolvimento sustentável e, voltada exclusivamente às necessidades do semiárido.

É importante ressaltar, que as políticas públicas no semiárido mostram-se relevantes, porém, estão muito aquém do ponto desejável ou necessário para promover transformações significativas; com efeito, o alcance social (AZEVEDO, 2015). Nesse sentido, surge na literatura, a conclusão que o semiárido carece cada vez mais de políticas públicas voltadas para as suas particularidades, ou seja, ações que sejam capazes de promover o desenvolvimento sustentável e voltadas exclusivamente às necessidades do semiárido.

Assim, o objetivo do presente artigo é identificar na literatura quais as abordagens e os estudos voltados para as políticas públicas no semiárido. A fim de atingir o objetivo da pesquisa, considerou-se pertinente a utilização da revisão sistemática da literatura que de acordo com Velamuri et al. (2011) é relativamente recente, a qual segue o protocolo como o proposto por Cronin et al. (2008), composto pelas seguintes etapas:

- a. Formulação da questão de pesquisa;
- b. Definição do conjunto de critérios de inclusão e exclusão;
- c. Seleção e acesso à literatura;
- d. Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão, e;
- e. Análise, síntese e disseminação dos resultados.

Dessa forma, a revisão sistemática aqui desenvolvida considerou artigos entre o período de 2011 e 2017 no contexto das políticas públicas para o semiárido brasileiro. A revisão sistemática teve o intuito de apontar os principais resultados na literatura sobre a temática abordada, bem como discutir as principais lacunas existentes com base nos artigos pesquisados.

O presente artigo está dividido em duas principais partes. O primeiro capítulo, inclui: “Políticas Públicas para o Semiárido Brasileiro: uma abordagem histórica”, “Outras Políticas Atuantes no Semiárido”, “Articulação de Políticas Públicas”, “Procedimentos Metodológicos da Revisão Sistemática” e “Conclusão”. A primeira parte, destaca-se pela revisão bibliográfica acerca do tema abordado, destacando os principais autores e, incluindo uma linha histórica sobre as políticas públicas no semiárido brasileiro. Posteriormente, a segunda parte, revisão sistemática, tem como foco principal, responder o objetivo do artigo, para tanto, realizou-se a revisão sistemática no intuito de conhecer na literatura as abordagens trabalhadas acerca do tema. Por fim, tem-se a conclusão do artigo e resultados extraídos da revisão sistemática.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

O semiárido brasileiro ocupa uma área de 969.589 km<sup>2</sup> que inclui um total de dez estados, sendo em maior parte localizados na região nordeste do Brasil. O semiárido é composto pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, a maior parte da Paraíba e Pernambuco, Sudeste do Piauí, Oeste de Alagoas e Sergipe, região central da Bahia e uma faixa que se estende no norte de Minas Gerais e do Espírito Santo (BRASIL, 2005).

Esse território é caracterizado por se apresentar como uma região de quadros climáticos extremos, o conhecido binômio seca-chuva, sendo os efeitos provocados pelas secas um dos maiores passivos sociais do país (TRAVASSOS et al., 2013). Essas especificidades levaram o semiárido a ser caracterizado pela ausência de períodos chuvosos e carência de políticas públicas voltadas ao provimento de ações capazes de enfrentar as adversidades oriundas da estiagem que aponta para a inviabilidade do desenvolvimento das

áreas afetadas pela ausência e irregularidades de chuvas, impondo inúmeras dificuldades à população (SILVA et al, 2016). A natureza da região semiárida foi classificada por muitos observadores como improdutiva, hostil e marcada pela fome da população (RIBEIRO, 1999).

Os estudos sobre as políticas públicas para o semiárido têm privilegiado uma abordagem histórica, identificando fases e períodos distintos da atuação governamental na região, com o objetivo de compreender processos, mudanças, tendências e padrões. Ao longo das últimas décadas, observa-se o desenvolvimento da literatura propondo periodizações das políticas destinadas ao Nordeste brasileiro (ANDRADE, 1970; CARVALHO, 1988; MAGALHÃES; GLANTZ, 1992; CAMPOS, 2014), não havendo, no entanto, um limiar fixo de separação entre os períodos.

Campos (2014) aborda a importância de estudar a história dessas políticas em fases, ou períodos, para melhor entender os processos, ressaltando que não existe um limiar fixo de separação entre os períodos, pois as mudanças ocorrem lentamente em decorrência de debates entre políticos e intelectuais, e da reflexão sobre os resultados das próprias políticas praticadas.

Nesse sentido, tem-se a divisão das políticas públicas destinadas ao Nordeste brasileiro, no século passado, fortemente elaboradas sob a ótica do combate à seca (CAMPOS, 2014). A evolução dessas políticas fomentou várias propostas para a periodização dos períodos entre as décadas de 1970 e 1990 (ANDRADE, 1970; CARVALHO, 1988; MAGALHÃES; GLANTZ, 1992).

As análises possuem uma tônica comum, voltadas às políticas de combate às secas. Andrade (1970), por exemplo, estruturou-as em quatro fases: 1) humanitária; 2) intervenção e sistematização com estudos e obras, também denominada fase hidráulica; 3) diferenciação; e 4) integração do desenvolvimento regional e promoção universitária. Carvalho (1988), da mesma forma, propõe a periodização das políticas públicas também em quatro fases, embora sejam distintas da periodização inicial de Andrade: 1) a presença governamental até 1950; 2) a mudança de padrão, de 1950 a 1959; 3) a modernização com reformas de 1959 a 1964; e 4) a modernização conservadora, decorrente da implantação do regime militar.

Posteriormente, Magalhães e Glantz (1992), classificam as políticas em seis fases: 1) a fase de estudos; 2) a fase de engenharia de recursos hídricos; 3) a fase ecológica; 4) a fase de desenvolvimento econômico; 5) a fase de desenvolvimento socioeconômico; e 6) a fase de desenvolvimento sustentável. Segundo Campos (2014), a primeira fase destacada por Magalhães e Glantz (1992) considera o período de 1877 a 1906, quando várias comissões foram ao Nordeste com o objetivo de propor soluções para o problema das secas. O período de 1906 a 1945, considerada a fase de engenharia de recursos hídricos, marcada, principalmente, pela política de construção de açudes. O período de 1945 a 1950, conhecida como a fase ecológica é caracterizada pelo desenvolvimento de práticas agrícolas que fossem adaptadas às especificidades da região.

A análise desenvolvida por Campos (2014) destaca cinco períodos:

- a. Defrontando-se com as secas (1583-1848);
- b. A busca do conhecimento (1849-1877);
- c. A hidráulica da solução (1877-1958);
- d. A política do desenvolvimento em bases regionais (1959-1991);
- e. O gerenciamento das águas e as políticas sociais (1992).

Na visão de Campos (2014), o primeiro período (1583-1848), caracteriza-se pelos primeiros registros oficiais da seca nessa região ainda na fase do Brasil Colônia. O segundo período (1849-1887) teria sido fortemente estruturado pelo marco da abertura de sessões do Instituto Histórico Geográfico (IHGB) em 15 de dezembro de 1849, pelo imperador Pedro II. Esta fase destaca-se pelos debates sobre as secas, questionando-se em que medida as secas eram um problema nacional que deveria ser objeto de políticas públicas.

Durante o terceiro período, entre 1877 e 1958, tem-se o posicionamento efetivo do governo central para criar uma política de redução da vulnerabilidade do semiárido às secas. Neste momento, foi predominante o paradigma da construção de reservatórios. No século passado, o quarto período (1959-1991), foi impulsionado pelos pensamentos de Celso Furtado sobre o desenvolvimento econômico equilibrado da região, bem como o fortalecimento da Sudene para fundamentação de novas políticas. Por fim, o quinto período (1992), foi

marcado pela Conferência Rio92, na qual foi formulada a Agenda 21, que possibilitou uma mudança significativa na prática das políticas, com ações voltadas ao combate da pobreza rural, à seca e a gestão hídrica das águas e com a formulação de políticas sociais.

Nessa linha histórica, é importante destacar o relatório para o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado (1959), que começa por negar as visões correntes de que o problema econômico e social do Nordeste decorria das secas. Negava, assim, a solução hidráulica através da construção de açudes, o que vinha sendo feito pelo governo federal através do DNOCS. O relatório ganhou visibilidade com a possibilidade de desenvolvimento do semiárido, na qual Furtado, aponta três eixos principais e simultâneos de ação transformadora no Nordeste: transferência de cursos, maior participação industrial e modificações estruturais visando o ser humano.

Diante dessa trajetória, Santos et al. (2014) chama a atenção para os diversos conflitos e eventos relacionados à escassez de água. Esses conflitos, além de provocarem inúmeros problemas de justiça ambiental, causam impactos desiguais nos grupos sociais que há décadas vêm sendo castigados com a falta de recursos. Nesse sentido, os autores ressaltam que apesar da evolução histórica apresentada, desde o Brasil Colônia tem-se a importância do papel do Estado na formação de políticas para o desenvolvimento do semiárido.

Segundo Pontes e Campos (2013), a história das políticas brasileiras no semiárido, tiveram por característica efetivar as estratégias para combater a seca. Como marco tem-se a criação do Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, que posteriormente, em 1945, viria a se denominar Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Com toda a importância que tiveram por seus relevantes estudos, suas ações basicamente eram construção de estradas e açudes.

Como enfatizado na periodização defendida por Campos (2014), historicamente, as políticas de combate à seca atuavam com soluções tecnológicas descontextualizadas, sem preocupação com o desenvolvimento da economia local e desprovidas da atenção aos saberes e práticas locais. Neste aspecto, pode-se considerar o fator sociocultural como elemento indissociável para utilizar os sabe-

res tradicionais dos atores e sujeitos relacionados: o lugar como oportunidade do evento, como espaço de construção da identidade local e o *habitus* das comunidades (PONTES; CAMPOS, 2013).

Nos últimos trinta anos, essa região vem sendo marcada por uma série de acontecimentos sociais que impulsionaram a visão da convivência com o semiárido ao invés do combate à seca, com o protagonismo de diversos atores empenhados em transformar a realidade local (PONTES; CAMPOS, 2013). Políticas visando melhorar a perspectiva de convivência foram desenvolvidas e implementadas na região (CARVALHO et al., 2017). A “coexistência” passou do conceito à ação política, como consequência de transformações estruturais, agroecológicas, sociais e gerenciais, em combinação com o fortalecimento de mecanismos de reciprocidade comunitária. Desde então, vários estudos têm sido realizados com ênfase na exteriorização da inserção de elementos mitigadores dos efeitos das secas, e em como conviver com o fenômeno (FIGUEIREDO et al., 2016).

Para Silva (2008) as transições paradigmáticas no semiárido estão fincadas no tripé economia, política e conhecimento (saberes e tecnologias), onde se pode identificar e compreender o crescente pensamento sobre a realidade do semiárido e as alternativas propostas. Estas contribuições estão sendo cada vez mais resgatadas e fortalecidas, principalmente após o advento das questões ambientais e da valorização da cultura local, fundamentando a construção de diversas alternativas de desenvolvimento para o semiárido (PONTES; CAMPOS, 2013).

Dessa forma, considera-se que um dos principais fundamentos para a evolução do paradigma da convivência com o semiárido é a inter-relação entre os saberes e práticas tradicionais contextualizados com os conhecimentos científicos e alternativas tecnológicas vinculando às múltiplas dimensões da realidade (conhecidas como tecnologias sociais): ambiental, social, cultural, política e econômica (PONTES; CAMPOS, 2013).

Os estudos sobre as políticas públicas para a região têm apontado esta mudança na abordagem de convivência com o semiárido como alternativa às ações de enfrentamento das secas. Além disso, a literatura mais recente tem trabalhado de forma incipiente o conceito de articulação de políticas

públicas, buscando destacar a necessidade de políticas que atendam a necessidade da sociedade.

Nesse cenário de mudança de paradigma no semiárido, a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), com cerca de 15 anos de existência, é conhecida como uma rede de articulação política com mais de mil entidades e representa uma parcela significativa da sociedade civil no contexto do semiárido, incluindo ONG, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, movimentos sociais, pastorais, associações, igrejas etc. Mantém relações com a cooperação internacional e com instâncias de governo, tanto para reivindicação de políticas públicas como para financiamento de programas, em confluência de discussões, avaliações e integrações. Foi possível ter mobilizações em torno de causas do semiárido, para conseguir mais recursos e espaço político, principalmente na implementação das Tecnologias Sociais (CAMPOS, 2014).

ASA enquanto articulação, propõe o Programa um Milhão de Cisternas – P1MC, tendo como pressuposto a histórica insegurança hídrica para as famílias rurais nordestinas, é reflexo de um conjunto de negações: o semiárido sempre foi economicamente explorado pelas elites regionais e marcado pela ausência de políticas públicas e ações estruturadoras para garantir água à sua população. Uma das maiores carências era a família ter um reservatório em sua casa, para ter acesso descentralizado a este recurso hídrico. Segundo Pontes e Campos (2013), o P1MC como política pública tem caráter inédito, pois foi construída a partir da sociedade civil organizada em rede.

Pérez-Martin et al. (2017), em uma análise comparativa das transformações que ocorreram em 10 territórios do semiárido, durante dois períodos de tempo: PI (1973-2001), quando as políticas de “desenvolvimento” visavam quase exclusivamente “combater a seca e seus efeitos”; e PII (2002–2016) quando um conceito de coexistência com formulação de política informada de semiaridez. Tem-se uma melhoria substancial no acesso à infraestrutura hídrica. Como tal, a “coexistência” passou do conceito à ação como consequência de transformações estruturais, agroecológicas, sociais e gerenciais, em combinação com o fortalecimento de mecanismos de reciprocidade comunitária.

Dessa forma, a partir das últimas décadas do século XX, mudou-se a forma de se olhar para o

Semiárido. Políticas visando melhorar a perspectiva de convivência foram desenvolvidas e implementadas na região (CARVALHO et al., 2017).

### 3 OUTRAS POLÍTICAS ATUANTES NO SEMIÁRIDO

Com a abordagem de políticas no semiárido, encontra-se o foco nos territórios rurais. Nesse sentido, o território é tido como o lugar por excelência da articulação das políticas públicas (ARAÚJO, 2007). Assim, trata-se de um ponto de partida relevante para ser explorado, pois recoloca a questão das várias territorializações e a maneira de abordá-las. Como o significado do território é dado, em última instância, pelas populações nele residentes, trata-se de buscar formas institucionais através das quais, essas populações possam ordenar e manifestar as suas demandas por políticas públicas (DELGADO et al., 2007).

Considerando as demandas da população do local, Delgado, Bonnal e Leite (2007), afirmam que é justamente na base local/territorial que se dá, efetivamente, o processo de articulação de políticas. Notícias recentes, informando sobre o cruzamento de programas sociais e setoriais, como o Bolsa Família, o Luz para Todos, o Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Reforma Agrária, a Previdência Social Rural, mostraram que esse “mix” de políticas passou a ser acionado pelos agricultores familiares e assentados rebatendo fortemente no cálculo estratégico dos mesmos sobre sua capacidade de permanência e reprodução nessas áreas (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

Uma inovação recente nas políticas públicas do Governo Federal foi o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) lançado em 2011, que previa uma rota de inclusão produtiva para as áreas rurais, com especial ênfase para o semiárido. O plano procurava direcionar políticas públicas de forma focalizada e sequencial, de forma a estimular as famílias rurais em situação de extrema pobreza a incrementarem suas atividades produtivas de subsistência.

O pacote de políticas públicas na área rural, com ênfase na inclusão produtiva, previa especialmente (MELO, 2015):

- a. Busca ativa: incluir no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico) as famílias

- que porventura ainda não recebiam benefício do Programa Bolsa Família.
- b. Recebimento de benefício especial para superação da extrema pobreza, por meio do Programa Bolsa Família.
  - c. Contratação por meio de chamadas especiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atender as famílias rurais em condição de extrema pobreza, de forma individualizada e contínua, iniciando com diagnóstico e elaboração de projetos produtivos de baixo investimento. Parte das chamadas eram voltadas exclusivamente para mulheres, e povos e comunidades tradicionais.
  - d. Água para Todos: levar para as famílias que já tinham cisternas de reserva de água para consumo humano, também tecnologias de água para produção de alimentos e criação de animais.
  - e. Fomento para as atividades produtivas rurais: no valor de R\$ 2.400,00 (a fundo perdido), transferidos em 3 parcelas, a fim de viabilizar a implantação dos projetos produtivos desenhados pela assistência técnica, como a compra de insumos e equipamentos. Em 2013, o valor foi elevado para R\$ 3.000,00 para os agricultores com acesso para água para produção no semiárido.
  - f. Recebimento de sementes adaptadas ao semiárido produzidas pela Embrapa.
  - g. Em caso de excedente da produção, para além das necessidades de subsistência das famílias, os técnicos procuravam direcionar a produção para os mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Considerando as políticas para os territórios rurais do semiárido, Buainain e Garcia (2013) destacam as estratégias de estímulo da demanda por produtos da agricultura familiar. Nesta linha destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, integrado àquelas do Programa Fome Zero. Considerando-se que parcela significativa dessa população vive em pequenos municípios, o programa visa formar estoques de alimentos produzidos pela agricultura familiar ou mesmo realizar a compra direta, a preços mais compatíveis com a realidade local (MDA/SAF,

2011). Foi alterado ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para que no mínimo 30% dos recursos destinados às prefeituras para alimentação escolar sejam utilizados na aquisição de produtos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais (MDA/SAF, 2011).

Os conhecimentos e práticas contextualizadas estão em debate nas variadas entidades que estudam e atuam no semiárido, desenvolvendo técnicas adaptadas à semiaridez, já que a estiagem é uma peculiaridade natural do clima regional. São conhecidas como Tecnologias Sociais e estão inseridas por todo lugar, mas, por serem extremamente simples, nem sempre o *status* de tecnologia lhes é facilmente atribuído (LASSANCE Jr.; PEREIRA, 2004).

A sua área de atuação é diversa, pode ser na agricultura, segurança hídrica, saúde, educação. Na dimensão científico-tecnológica, as tecnologias sociais estão relacionadas com a Rede de Tecnologia Social (RTS) que estabelece o seu marco analítico-conceitual e substancia o seu caráter de rede. As tecnologias aparecem como solução eficaz para problemas sociais e como vetor para adoção de políticas públicas (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010).

A definição de tecnologia social é multidisciplinar. Contudo, acolhe-se o conceito: produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

São práticas baseadas na disseminação de soluções para problemas voltados às demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, que aliam saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico, promovendo a inclusão social (SELVA et al., 2011, p. 6).

## 4 ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A articulação é vista pela crescente necessidade de coordenação do setor público com a sociedade civil e o setor privado, como forma de viabilizar tanto a implementação das políticas como de concebê-las de forma a estarem mais próximas dos interesses e necessidades da população (MAFRA;

NAVES, 2009). Assim, a articulação é apontada como indispensável entre as políticas públicas sociais como uma das formas de acessar e garantir os direitos sociais (OLIVEIRA, 2004).

O tema “articulação de políticas públicas” é comum em alguns setores públicos, como, por exemplo, na saúde e educação (PENSO et al., 2013). Entretanto, nota-se que o tema é ainda pouco desenvolvido nas publicações voltadas ao setor rural, especificamente quando se trata de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural no semiárido.

Embora existam exemplos práticos de programas governamentais recentes que aplicam o conceito de articulação de políticas públicas, como é o caso do plano “Brasil Sem Miséria (BSM)” nota-se que poucos estudos das políticas relacionadas ao setor rural refletem uma preocupação com esta questão. O plano Brasil sem Miséria foi lançado em 2011, favorecendo as famílias que viviam com menos de R\$ 70 reais mensais por pessoa. O programa se desenvolve por meio da articulação de várias políticas visando ao desenvolvimento social da população em diversos setores. O plano estrutura cerca de 100 ações agregadas em três eixos – Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços Públicos (LOTTA; FAVARETO, 2016). Assim, o BSM “é essencialmente um programa de coordenação, articulação, monitoramento e avaliação de ações desenvolvidas tanto pelo Governo Federal como pelos estados e municípios [...], dentro de uma lógica de atendimento integral a uma determinada camada da população” (GALVÃO; LOTTA; BAUER 2012).

A importância da articulação, para esse setor, baseia-se em parte na articulação dessas instituições e pessoas, constituindo redes sociais em torno de uma ideia, possibilitando o enfrentamento dos problemas sociais. Permite um olhar diferente dos problemas sociais que apresentam características e complexidade crescentes. A complexidade desses problemas não pode ser encarada apenas da ótica de uma política, mas da integração de diversas políticas sociais, pois permitirá compreender e identificar soluções que possibilitem à população uma vida com qualidade, bem como a superação da pobreza e convívio com o semiárido (JUNQUEIRA, 2004).

Desta forma, considerando a importância da articulação de políticas, Junqueira (2004) afirma

que realizar um projeto articulado das políticas sociais e desenvolvimento urbano demanda a mudança de práticas, padrões e valores da cultura organizacional das instituições públicas gestoras das políticas públicas, ou ainda a incorporação de organizações autônomas voltadas para os interesses coletivos capazes de dar maior eficácia à gestão das políticas.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho e para conhecer as políticas públicas voltadas para o semiárido brasileiro, utilizou-se, primeiramente, o procedimento técnico da revisão de literatura, o qual possui basicamente duas perspectivas: (a) revisões de tópicos que possuem conhecimento acumulado, que requerem análise e síntese; e, (b) revisões de assuntos emergentes, cuja contribuição é a exposição de fundações teóricas potenciais (WEBSTER; WATSON, 2002).

Dessa forma, utilizou-se dois tipos de revisão de literatura, conforme ressaltam Cronin et al. (2008): (a) revisão narrativa ou tradicional da literatura; e, (b) revisão sistemática da literatura. O primeiro tipo sumariza a literatura, embora não deixe explícito ao leitor os critérios utilizados para a seleção das fontes. Já a revisão sistemática, utilizada na segunda parte desse artigo, usa uma abordagem bem definida para revisar a literatura, seguindo um protocolo para selecionar e analisar as fontes (CRONIN; RYAN; COUGHLAN, 2008).

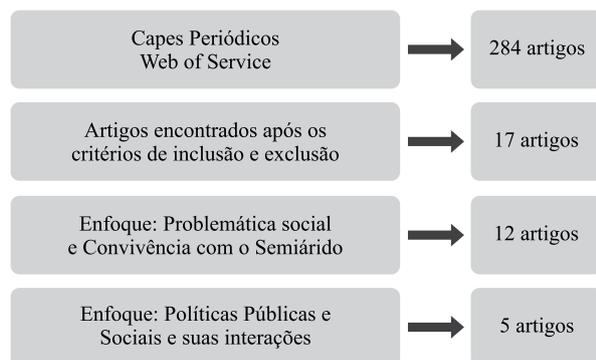
No caso da revisão sistemática da literatura, esta é extensivamente utilizada no campo da Medicina em testes clínicos (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011; HIGGINS; GREEN, 2011). No campo das Ciências Sociais, este tipo de procedimento é relativamente recente (VELAMURI; NEYER; MÖSLEIN, 2011). Cronin et al. (2008) propuseram um protocolo de revisão sistemática baseado naquele utilizado na área de Medicina e proposto por Higgins e Green (2011), envolvendo as seguintes etapas:

- a. Formulação da questão de pesquisa;
- b. Definição de um conjunto de critérios de inclusão e exclusão;

- c. Seleção e acesso da literatura;
- d. Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão; e,
- e. Análise, síntese e disseminação dos resultados.

Assim, com base neste protocolo, apresenta-se a síntese dos procedimentos desta pesquisa na Figura 1.

Figura 1 – Resultado da busca



Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

- a. Definição da questão da pesquisa:** Quais as abordagens e os estudos voltados para as políticas públicas no semiárido?
- b. Definição do conjunto de critérios de inclusão e exclusão:** Os critérios abrangem as bases científicas selecionadas, período de publicação, tipos de artigos e palavras-chave. Definiu-se que a pesquisa ocorreria nas bases científicas: Capes Periódicos e Web of Science, considerando artigos multidisciplinares e artigos de periódico, excluindo teses, dissertações e resumos. Após a definição das bases, estabeleceu-se o período de publicação, o qual abrange os artigos publicados de 2011 a 2017. Quanto às palavras-chave, foram definidas, com base na questão da pesquisa, as palavras: políticas sociais; políticas públicas; semiárido.
- c. Seleção e acesso da literatura:** Conforme citado anteriormente, a localização dos artigos ocorreu por meio da busca na base CAPES PERIÓDICOS e Web Of Science. Nessas bases de pesquisa, utilizou-se a busca avançada e encontrou-se um total de 284 artigos a partir das palavras-chave: políticas sociais, políticas públicas e semiárido, sendo utilizado o recurso “AND” para as

palavras-chave, especificando o período de publicação 2011-2017.

- d. Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão:** Para seleção da literatura que foi incluída na revisão, usou-se alguns critérios de exclusão e inclusão de artigos. Como por exemplo, de acordo com o período, correspondente a 2011 até 2017, foram selecionados apenas artigos publicados em periódicos. Desta forma, chegou-se a um total de 284 artigos. Posteriormente, foram eliminados 266 artigos por não se encaixarem adequadamente no tema de estudo, ou seja, artigos em que o conteúdo não abordava diretamente as políticas públicas e sociais e suas interações com o semiárido. Além de considerar nos critérios de exclusão as teses, dissertações e resumos, tal seleção foi realizada após a análise dos resumos e introdução e tópicos de desenvolvimento/discussão do texto. Por fim, chegou-se ao número total de dezessete artigos.

- e. Análise, síntese e disseminação dos resultados:** Esta fase abrangeu a análise detalhada de cada artigo, necessária para a análise e interpretação dos trabalhos publicados e para que se alcançasse os objetivos propostos no trabalho. Dessa forma, elaborou-se tabelas com temas abordados na academia dentre o período de 2011 a 2017 e seus respectivos autores; as principais políticas trabalhadas e as principais abordagens no contexto. Dessa forma, os resultados foram analisados, possibilitando sua discussão na próxima seção, apontando para algumas lacunas na literatura, as quais podem ser desenvolvidas em estudos futuros.

## 5.1 As Análises das Políticas Públicas no Semiárido

Esta seção apresenta os resultados dos artigos selecionados para a análise, considerando-se o protocolo de revisão sistemática. Desse modo, foram evidenciados os principais critérios abordados para seleção. No quadro a seguir, tem-se a relação de artigos selecionados no presente estudo:

Tabela 1 – Resultado da Revisão Sistemática

TÍTULO	AUTORES	ANO	ENFOQUE
As Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Brasileira em Clima Semiárido: do Combate à Convivência	Daniel Alves Campelo.	2013	
Convivência com o Semiárido: Potencialidades, Limitações e Ações	Emilio Tarlis Mendes Pontes; Hernani Loebler Campos.	2013	
Desenvolvimento Rural do Semiárido Brasileiro: Transformações Recentes, Desafios e Perspectivas	Antonio M. Buainain; Junior R. Garcia.	2013	
Secas, Desertificação e Políticas Públicas no Semiárido Nordeste Brasileiro	Ibrahim Soares Travassos; Bartolomeu Israel de Souza; Anieres Barbosa da Silva.	2013	
Secas e Políticas Públicas no Semiárido: Ideias, Pensadores e Períodos	José Nilson B. Campos.	2014	Problemática social e Convivência com o Semiárido
As Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro	Pinto; Amaral; Oliveira; Lima.	2016	
Agroecology, Public Policies and Labor-Driven Intensification: Alternative Development Trajectories in the Brazilian Semi-Arid Region	Paulo Ferreira; Petersen; Luciano M. Silveira	2016	
As representações territoriais e o processo de gestão do semiárido brasileiro ( <i>Sertão</i> ), 1985-2016	Sidclay Pereiras	2016	
Os Paradigmas da Seca no Semiárido Brasileiro: das Políticas de Combate à Concepção de Convivência com o Fenômeno	Bruno Clayton Oliveira da Silva; Ana Maria Jerônimo Soares; Ranyére Silva Nóbrega.	2016	
Agroecological and Social Transformations for Coexistence with Semi-Aridity in Brazil	Aldrin M. Pérez-Marin, Paul Rogé, Miguel A. Altieri, Luis F. Ulloa Forero, Luciano Silveira, Victor M. Oliveira and Barbara E. Domingues-Leiva.	2017	Problemática social e Convivência com o Semiárido
Mobilização social e ação coletiva no Semiárido Brasileiro: convivência, agroecologia e sustentabilidade	Paulo Cesar Oliveira Diniz; Jorge Roberto Tavares De Lima.	2017	Problemática social e Convivência com o Semiárido
Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido na Região do Cariri Cearense	Aline Bezerra de Sousa; Celme Torres Ferreira da Costa; Paulo Renato Alves Firmino; Vanessa de Souza Batista	2017	
Droughts and governance impacts on water scarcity: an analysis in the Brazilian semi-arid	A. C. S. Silva, C. O. Galvão, G. N. S. Silva	2015	
Verso e Reverso das Políticas Públicas de Água para o Semiárido Brasileiro	Andrea Carla de Azevêdo	2015	
Acesso à água proporcionado pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais: combate à seca ou ruptura da vulnerabilidade?	Uende Aparecida Figueiredo Gomes, Léo Heller	2016	Políticas Públicas e Sociais e suas interações
Uma Visão Crítica Acerca das Políticas Públicas para o Semiárido.	Inaldo Moreno de Sousa.	2016	
O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC): Uma Alternativa de Convivência com o Semiárido Na Comunidade Agreste de Baixo – São Miguel/RN	Ronaldo Valentim de Carvalho; Francisca Elizonete de Souza Lima; Rafael Pereira da Silva	2017	

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A priori, a divisão dos artigos em dois enfoques foi realizada com o objetivo de auxiliar a compreensão dos estudos. O primeiro enfoque “Problemática social e convivência com o semiárido”, no qual enquadra-se o maior número de artigo da revisão, com um total de doze artigos, refere-se aos estudos centrados na abordagem de tecnologias e inovações que sejam diretamente para lidar com o semiárido. Posteriormente, no segundo enfoque “Políticas Públicas e Sociais e suas interações”, com um

total de oito artigos, estão os estudos que tratam de forma mais enfática as políticas públicas para o semiárido, considerando as políticas públicas com abordagens territoriais e demais interações.

Diante desses dois enfoques apresentados, é importante ressaltar, que apesar dos artigos enquadrados no primeiro enfoque terem referências do termo “políticas públicas”, eles não trazem de forma direta a discussão relativa às políticas do semiárido como um todo. No segundo enfoque, os es-

todos buscam analisar de forma mais profunda as políticas da região, apresentando uma visão mais crítica sobre as políticas públicas no semiárido.

### *1º Enfoque: Problemática social e convivência com o semiárido*

Os 12 artigos com enfoque relacionado à “Problemática social e convivência com o semiárido”, retratam as políticas públicas voltadas para o semiárido, destacando de forma abrangente, diversos temas relacionados à discussão da problemática social inserida no semiárido, principalmente a problemática hídrica.

Parte dos artigos aponta que a discussão das políticas para o desenvolvimento rural no semiárido estão, também, relacionadas às estratégias aliadas à temática agroecológica e, também territorial. Além disso, programas que visam a incrementar a comercialização dos produtos do semiárido são considerados como meios de melhoria da produção com potencial para promover o desenvolvimento do território.

Nesse contexto, os artigos analisados destacam iniciativas em diversos estados, baseadas nos princípios da agroecologia, segurança alimentar, educação contextualizada, combate à desertificação, acesso à terra e à água, em um processo de desconstrução da imagem do semiárido com ênfase apenas nas graves consequências das secas (MENDES; CAMPOS, 2016).

Os artigos de Campelo (2013), Pontes e Campos (2013), Buainain e Garcia (2013), Amaral et al. (2016) e Travassos et al. (2013), abordam por meio de uma linha linear histórica os problemas enfrentados no semiárido brasileiro – desde a descoberta da problemática hídrica até os períodos atuais –, e os cenários das problemáticas sociais e não apenas a hídrica. As problemáticas sociais estão ligadas ao elevado nível de pobreza rural da região, acarretado pela seca.

Posteriormente, os estudos de Silva et al. (2016) têm como objetivo discutir os paradigmas e, principalmente, a mudança do “combate a seca” para “convivência com a seca” no semiárido, assim, busca-se compreender a mudança de paradigmas e o estudo de possíveis alternativas para o desenvolvimento da região. Ao fim, constatou-se que, fomentar alternativas emergentes, capazes de gerir de forma integradora as demandas hídricas no semiárido, ainda consiste em um grande desafio

para as políticas públicas, destacando que não se deve desconsiderar a possibilidade de mudanças nos paradigmas do tema.

Nesse contexto, o Programa de Aquisição de Alimento é destacado por Pontes e Campos (2013) como uma inovação para viabilizar a comercialização dos produtos dos pequenos produtores. O programa representa uma garantia de mercado para a agricultura familiar, tendo como objetivo promover a inclusão social no meio rural, fortalecendo a principal atividade econômica ali desenvolvida.

Corroborando com a discussão, Sousa et al. (2017), aborda fortemente o conceito de convivência com o semiárido e as ações realizadas para possibilitar mudança nesse cenário. A priori, a discussão centra-se na importância da problemática da seca, posteriormente, ao longo dos capítulos, há o estudo das tecnologias sociais para o combate à problemática da seca. Para tanto, o estudo tem por objetivo o mapeamento das Tecnologias Sociais de convivência com o Semiárido nas comunidades rurais do Cariri no estado do Ceará com o intuito de conhecer a experiência dessas tecnologias na captação de água.

As tecnologias são apontadas como soluções eficazes para problemas sociais e como vetores para adoção de políticas públicas (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010). Nesse contexto, o Programa de Aquisição de Alimento é destacado por Pontes e Campos (2013) como uma inovação para viabilizar a comercialização dos produtos dos pequenos produtores. O programa representa uma garantia de mercado para a agricultura familiar, tendo como objetivo promover a inclusão social no meio rural, fortalecendo a principal atividade econômica ali desenvolvida.

Diniz e Lima (2017) e Ferreira et al. (2016) trazem a abordagem da agroecologia sob a fundamentação do conceito de desenvolvimento sustentável e dos atores sociais para o fortalecimento da convivência com o semiárido e, conseqüentemente, de ações que possibilitem essa construção, como no caso das construções de cisternas e demais tecnologias sociais.

É nessa perspectiva que se destacam as principais políticas públicas atuais do governo federal, de apoio à agricultura familiar, alicerçadas na convivência com o clima semiárido. Inicialmente, pode-se destacar a Política de Assistência

Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater).

Corroborando com essa literatura, Pereira (2016) cita as iniciativas econômicas solidárias como os fundos de pastos; bancos e casas de sementeiras comunitárias; as feiras de agricultura familiar e agroecologia e as redes e cooperativas de beneficiamento e comercialização, bem como as finanças solidárias como os fundos rotativos solidários e as cooperativas de crédito. Essas ações são apresentadas na literatura como “inovações sociais” (PEREIRAS, 2016).

Pérez-Marin et al. (2017), em uma publicação internacional com contribuição de autores brasileiros, divide a explanação das políticas públicas para a região em dois períodos: PI (1973-2001) quando o “desenvolvimento” fazia parte de políticas quase exclusivamente destinadas a “combater a seca e seus efeitos” e, PII (2002 – 2016) quando surge um conceito de coexistência com o semiárido e formulação de políticas informadas sobre semiaridez. Concluindo, destaca-se a importância das ações na região e o potencial produtivo do semiárido brasileiro.

Os artigos do presente enfoque retratam, de modo geral, as políticas públicas com recorte para o semiárido. Inicia-se com a problemática hídrica e social contida no semiárido, o histórico das políticas nesse território, com foco nas políticas que trabalham com programas que apresentem alguma inovação visando à diminuição do impacto das crises hídricas e, conseqüentemente, a convivência com o semiárido. Apesar de citarem programas e políticas, os quatorze artigos estudados nessa revisão, não revelaram a presença uma visão crítica a respeito das políticas voltadas para o semiárido. De forma geral, os estudos centraram-se nos estudos históricos da região, considerando, principalmente, as carências e tecnologias sociais inerentes ao semiárido brasileiro.

## *2º Enfoque: Análises das políticas públicas e críticas aos modelos*

Os cinco artigos que foram enquadrados nesse estudo no segundo enfoque, abordam as políticas públicas com foco em descrever as políticas públicas e, dão ênfase às análises das políticas. Parte dos artigos, do segundo enfoque.

Carvalho et al. (2016) analisou os impactos socioterritoriais do P1MC na comunidade Agreste de Baixo no município de São Miguel/RN. Os autores

concluíram que cisternas de placas em si ainda não são suficientes para firmar a total autonomia hídrica da população da referida localidade.

A priori, Azevedo (2015) realizou a análise de dois programas, o Programa Água Doce (PAD) e Um Milhão de Cisternas (P1MC) sob a perspectiva de redemocratização da água no semiárido. Em sua conclusão, a autora concluiu que ambos os programas tiveram uma participação subalterna e que o armazenamento de água ainda não é o suficiente para atender às necessidades das famílias da região. Desse modo, a análise afirma que os programas estão muito aquém do desejável ou necessário no sentido de promover transformações significativas na vida das famílias do semiárido.

Ainda sobre a análise de programas, Gomes e Heller (2016) em um estudo sobre o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), sob a ótica dos usuários do Programa conseguida por meio da aplicação de questionários em 63 municípios, relata que não houve o alcance das metas do P1MC, e que ainda há muitos desafios, evidenciando a necessidade de políticas públicas de abastecimento de água para as famílias rurais e suas especificidades sociais, climáticas e econômicas locais.

Santos et al. (2014) descrevem as características do semiárido nordestino e da seca nesse território, apresentam as relações de poder das classes dominantes que se beneficiaram indevidamente com os investimentos e subsídios oferecidos pelo governo, demonstrando que parte dos programas e políticas públicas para o semiárido não têm alcançado seu público-alvo.

De forma mais enfática, Sousa (2016) no artigo Uma visão crítica acerca das políticas públicas para o semiárido, analisa de forma crítica as políticas públicas, com proposta de melhorias e enfatiza a importância das articulações de políticas públicas para que se tenha melhor eficácia quanto aos resultados sociais. Conclui-se, que, o semiárido apresenta gargalos quanto às políticas e aos programas que sejam voltados de forma exclusiva para as necessidades da população do semiárido. Nesse sentido, o autor aponta para a importância da utilização de instrumentos adequados à realidade do semiárido e em suas especificidades.

Além disso, o autor faz críticas quanto à definição da região, o que dificulta a ação de políticas e programas, leva a um descompasso entre as agências executoras na eleição da área a ser trabalhada.

Em concordância com o descrito por Sousa (2016), Santos et al. (2014) afirmam que as famílias que residem no sertão nordestino carecem cada vez mais de políticas públicas voltadas para as suas particularidades, isto é, que sejam capazes de promover o desenvolvimento sustentável, libertando-se da postura conservadora em relação às reais dificuldades socioeconômica da população do que voltadas aos interesses particulares, que por séculos vêm dominando o semiárido nordestino brasileiro.

Portanto, Sousa (2016, p. 13) conclui que:

O semiárido carece de Políticas Públicas e Programas voltados exclusivamente ao atendimento das necessidades de seu povo, ou seja, os programas identificados que são quase sempre de cunho nacional ou regional (Nordeste), contemplando o semiárido no Estado de forma estratificada, com o privilégio de um ou outro município isoladamente.

Por fim, cabe ressaltar que parte das políticas adotadas não contribuíram para que a população do semiárido se desvencilhasse da secular dependência das ações oficiais, não sendo possível a geração de renda de forma autônoma e sustentada

## 6 CONCLUSÃO

Considerando o objetivo de identificar na literatura quais as abordagens e os estudos voltados para as políticas públicas no semiárido e com o propósito de atingir o objetivo da pesquisa, considerou-se pertinente a utilização da revisão sistemática da literatura. Dessa forma, realizou-se a análise de 17 artigos que foram divididos em dois enfoques, “Problemática social e convivência com o Semiárido” e “Análises das políticas públicas e críticas aos modelos”, para que se conseguisse melhor compreensão do conteúdo de estudo abordado ao longo dos anos 2011-2017.

Por meio da revisão sistemática de literatura, nota-se que as políticas públicas para o semiárido possuem um registro histórico que se inicia no século XVIII, desencadeadas pelas secas, crises hídricas e forte desigualdade social presente no território. A partir dos anos 1990, uma forte organização social propõe o esforço na elaboração de políticas que visam alternativas para o convívio com a seca e para amenizar as desigualdades sociais, seja por meio de programa de criação de cisternas e medidas para captação de água e, seja por

políticas que possibilitem o financiamento para que produtores tenham possibilidade de produzir e comercializar seus produtos alimentícios.

Entretanto, alguns autores chamam a atenção para a questão de que a parte dessas políticas ainda não são suficientes para as dimensões do semiárido, e ressaltam a importância de formular estratégias que permitam melhor aproveitamento dos recursos locais para o desenvolvimento deste território. Nasce então, programas específicos com foco nas necessidades locais, como recomendação de estratégias, os arranjos produtivos locais e modos de produção sustentáveis, em especial das práticas agroecológicas.

Entre todos os autores, há o reconhecimento da importância do Estado, formulando e implantando políticas públicas que tenham como objetivo tratar as especificidades do semiárido. Nesse sentido, é marcante na literatura a conclusão que o semiárido carece cada vez mais de políticas públicas voltadas para as suas particularidades. Entretanto, a ausência de integração entre as políticas públicas, mostrou-se importante e atual.

Para estudos futuros, sugere-se que as pesquisas explorem como as políticas públicas podem favorecer ou limitar a implantação de estratégias produtivas de convivência com o semiárido. Ressalta-se a importância de estudos que analisem as inovações nas políticas e, especialmente na articulação entre as políticas sociais e aquelas voltadas ao estímulo produtivo nas áreas rurais, objetivando não apenas viabilizar a convivência com os períodos de estiagem, mas também reduzir as desigualdades sociais históricas presentes nesse território.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. B. **Políticas públicas e promoção do desenvolvimento em bases territoriais**. Apresentação no II Fórum Internacional Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais, Salvador, 2007.
- AZEVÊDO, A. C. Verso e reverso das políticas públicas de água para o semiárido brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 2, n. 2, p. 373-392, 2015.
- BRASIL, **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – Secretaria Especial**, Projeto Dom Helder Câmara renova

a esperança no semiárido. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/projeto-d-helder-c%C3%A2mara-renova-esperan%C3%A7a-no-semi%C3%A1rido>. Acesso em: 16 mai. 2018.

CAMPELO, D. A. As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 10, n. 21, p. 851-873, 2013.

CAMPOS, H. L. **Convivência com o semiárido**: potencialidades, limitações e ações. **Breves contribuciones del I.E.G.**, Argentina, v. 28, n. 24, p.193-212, 2013.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Revista Estudos Avançados**, v. 28, n. 82, 2014.

CAMURÇA, C. E.; ALENCAR, A.; CIDADE, E. XIMENES, V. Implicações psicossociais da seca na vida de moradores de um município da zona rural do nordeste do Brasil. **Avances em Psicología Latinoamericana**, v. 31, n.1, p. 117-128. 2016.

CARVALHO, O. **As secas e seus impactos**. Em Brasil, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, A questão da água no Nordeste / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Agência Nacional de Águas. Brasília: CGEE, 2012.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, n. 17, v. 1, 38-43, 2008.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Komedi, 2010. p. 71-112.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P.; **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ- CPDA, 2007.

FURTADO, C. **GTDN: Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: Sudene, 1967

FIGUEIREDO, S. C. S., SARAIVA JÚNIOR, J. C., FIGUEIREDO, J. S.; Política de combate dos efeitos da seca no semiárido potiguar: o caso de Riacho do sangue em Macaíba/RN, 2002-2010. **Caderno de Geografia**, Minas Gerais, v. 26, n. 45, 2016.

GALINDO, W. M.; **Intervenção rural e autonomia**: a experiência da Articulação no Semiárido (ASA) em Pernambuco. Recife: Edufpe, 2008.

GALVÃO, M. C.; LOTTA, G. S.; BAUER, M. New institutional arrangements for public policy management. In: 16<sup>o</sup> IRS-PM MEETING. **Anais...**, Roma, 2012.

HIGGINS, J. P. T.; GREEN, S. **Cochrane handbook for systematic reviews of interventions. Version v. 5**, 2011. Disponível em: <https://handbook-5-1.cochrane.org/>. Acesso em: jun. 2018.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.1, p.25-36, 2004.

LASSANCE, J. A.; PEDREIRA, J. S. **Tecnologias sociais e políticas públicas**. In: Brasil. Fundação Banco do Brasil. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista Sociologia Política**, v. 24, 2016.

MAFRA, L. A. S.; NAVES, F. L. Gestão de políticas sociais: a importância das articulações institucionais e setoriais em programas de segurança alimentar e nutricional. **Cadernos Ebap**, v. 7, n. 1, p. 34-49, 2009.

PEREIRA, S. As representações territoriais e o processo de gestão do semiárido brasileiro (Sertão), 1985-2016, **L'Ordinaire des Amériques** [En ligne], 2016.

PENSO, M. A., BRASIL, K. C. T. R.; ARRAIS, A. R. A relação entre saúde e escola: percepções dos profissionais que trabalham com adolescentes na atenção primária à saúde

de no Distrito Federal. **Revista Saúde e Sociologia**, v. 22, n. 2, p. 542-553, 2013.

PÉREZ-MARIN et al. Agroecological and social transformations for coexistence with semi-aridity in Brazil Aldrin. **Sustainability**, v. 9, p. 1-17, 2017.

RIBEIRO, R. W. Seca e determinismo: a gênese do discurso do semiárido nordestino. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**. Rio de Janeiro, v. 22, p. 60-91, 1999.

SANTOS, A. R. R.; SANTOS, C. A.; SANTOS, A. R. As relações de poder no Semiárido nordestino. **Revista Ambivalências**. v. 2, n. 4. p. 151-164, 2014.

SELVA, V. S. F. et al. Caracterização de áreas degradadas no alto trecho do Rio Pajeú para gestão e recuperação com uso de tecnologias sociais. In: XIV ENCONTRO DA REDE LUSO-BRASILEIRA DE ESTUDOS AMBIENTAIS. **Anais...**, Recife, 2013.

SOUSA, I. M. Uma visão crítica acerca das políticas públicas para o semiárido. In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Anais...**, Paraíba, 2016.

SILVA, B. C. O. et al., Os paradigmas da seca no semiárido brasileiro: das políticas de combate à concepção de convivência com o fenômeno. In: CONIDIS: CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO. **Anais...**, Paraíba, 2016.

TRAVASSOS, I. S., SOUZA, B. I., SILVA, A. B. **Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro**. **Revista Okara: Geografia em Debate**, v. 7, n. 1, p. 147-164, João Pessoa, 2013.

VILA, M. A. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: **Ática**, 2000.

VELAMURI, V. K.; NEYER, A.-K.; & MÖSLEIN. **Hybrid value creation: a systematic review of an evolving research area**. **Journal für Betriebswirtschaft**, 2011.